



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Currículo

Informações Pessoais

Nome: Janaína Pontes Cerqueira

Cargo: Diretora do Departamento de Gestão das Demandas em Judicialização na Saúde - DJUD/SE/MS.

Formação Acadêmica

Graduação em Direito, Universidade Católica do Salvador/BA.

Pós-graduação/ Especialização em Direito Sanitário, Fiocruz- Brasília/DF.

Especialização em Direito Processual Civil - FORVM – Cursos de Especialização e Preparação para Carreira Jurídica/ BA.

Preparatório para Carreiras Jurídicas - IELF – Instituto de Ensino Jurídico Professor Luis Flávio Gomes.

Experiência Profissional

Assessora Parlamentar no Gabinete Liderança dos Partido dos Trabalhadores (desde 2019).

Colaboradora Jurídica para Associação Nacional das Fundações Estatais de Saúde - ANFES.

Consultora FIOTEC-FIOCRUZ para Programas de Provisão de Profissionais de Saúde do Ministério – Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB) e Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) – junto à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (2013 a 2014 e 2016 a 2019).

Assessora Jurídica junto ao Gabinete da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (2014 a 2016).

Chefe Procuradoria Jurídica da Fundação Hospital Getúlio Vargas, Sapucaia do Sul/RS (2014).

Consultora FIOTEC-FIOCRUZ para o Programa de Valorização do Profissional da Atenção

Básica e Programa Mais Médicos junto à secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (2013 a 2014).

Assessora Jurídica da Fundação Estatal Saúde da Família (FESF- SUS) (2010 a 2013).

Assessora Jurídica da Organização Social Real Sociedade Espanhola de Beneficência (Hospital Espanhol) (2009 - 2010).

Integrante da Assessoria Jurídica da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal – empresa pública do Distrito Federal (2006 a 2007).

Integrante da Consultoria Jurídica – COGEP/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Advocacia Geral da União - exercício de função junto à Secretaria de Patrimônio da União (2007).

Advocacia privada - Cível, Consumidor e Administrativo (1993 - 2008).